

JUDICIÁRIO

# De maneira unânime, filho 03 é réu por coação

Primeira Turma concorda com a PGR que Eduardo agia nos EUA para colocar o STF contra a parede com o objetivo de evitar a condenação do pai por tentativa de golpe

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA  
» LUANA PATRIOLINO  
» FABIO GRECCHI

O deputado federal Eduar-do Bolsonaro (PL-SP) tor-nou-se, por unanimidade na Primeira Turma do Su-premo Tribunal Federal (STF), réu por tentativa de coação no curso do processo que condenou o pai dele, o ex-presidente Jair Bolsona-ro, a 27 anos e três meses de prisão por chefiar uma quadrilha que tra-mou um golpe de Estado com o ob-jetivo de mantê-lo no poder. O vo-to da ministra Cármen Lúcia, que fechou a análise da denúncia da Procuradoria-Geral da República, foi apresentado ontem de manhã.

O filho 03 do ex-presidente se autoexilou nos Estados Unidos no começo do ano e, junto com o blo-gueiro Paulo Figueiredo, passou a trabalhar para sancionar o Brasil economicamente e, também, ten-tar emparedar o STF a fim de livrar o pai da condenação. Num primei-ro momento, o governo norte-ame-ricano impôs um tarifaço de 50% às exportações brasileiras sob a alegação de que o processo contra Bolsonaro era ilegal e que haveria uma “caça às bruxas” no Brasil — que incluía a perseguição política a Bolsonaro. Porém, as sanções econômicas dos EUA, aos poucos, vão sendo reduzidas. Em relação às restrições impostas aos integrantes do STF — além de vistos suspensos, o ministro Alexandre de Moraes e a mulher foram enquadrados na Lei Magnitsky —, ainda não houve mudança de postura do governo do presidente Donald Trump.

Eduardo tinha se tornado réu na sexta-feira, quando os votos de Moraes e dos ministros Flávio Dino e Cristiano Zanin tinham formado maioria pelo início da análise do caso na turma. No entendimento do procurador-geral da República, Paulo Gonet, a estratégia do depu-tado envolvia a criação de um cli-ma de insegurança e ameaça, com a projeção de represálias estrangei-ras contra autoridades brasileiras e o isolamento diplomático do país.

“Apresentaram-se (Eduardo e Figueiredo) como patrocinadores dessas sanções, como seus articu-ladores e como as únicas pessoas capazes de desativá-las. Para a in-terrupção dos danos, objeto das ameaças, cobraram que não hou-vesse condenação criminal de Jair Bolsonaro”, afirmou o procurador-geral da República, Paulo Gonet.

### Ameaças

Segundo Moraes, a denúncia apresentou “indícios suficientes e razoáveis de autoria” e expôs a “gravidade” das ameaças do depu-tado a autoridades brasileiras, “no-tadamente aos ministros do Supre-mo Tribunal Federal”. O ministro

Lula Marques/Agência Brasil



Para a PGR, deputado incitou os EUA a ataquem autoridades para influenciar no julgamento que condenou o pai



**Apresentaram-se (Eduardo Bolsonaro e Paulo Figueiredo) como patrocinadores dessas sanções, como seus articuladores e como as únicas pessoas capazes de desativá-las. Para a interrupção dos danos, objeto das ameaças, cobraram que não houvesse condenação criminal de Jair Bolsonaro”**

**Trecho da denúncia da Procuradoria-Geral da República contra o filho 03 do ex-presidente**



**Outros candidatos anti-establishment, como Bolsonaro, e favoritos ao Senado sofrerão a mesma perseguição. Jamais fui citado. Por que Moraes não usa os canais oficiais com os EUA?”**

**Reação de Eduardo Bolsonaro nas redes sociais**

destacou que a “estratégia de coa-ção” foi “abundantemente” exposta nas redes sociais do deputado. Ele considerou que a “grave ameaça” se materializou pela articulação e obtenção de sanções do governo dos Estados Unidos, com o aumen-to de tarifas de exportação ao Bra-sil, suspensão de vistos de autori-dades brasileiras e a aplicação dos efeitos da Lei Magnitsky.

Moraes disse mais: que o de-putado agiu em nome de interes-ses particulares e buscou “criar ambiente de intimidação sobre as

autoridades responsáveis pelo jul-gamento” do ex-presidente e por um possível projeto de anistia aos crimes do 8 de Janeiro. O minis-tro foi o único que apresentou vo-to escrito.

Com a abertura de uma ação criminal, o STF tem a opção de pe-dir a extradição do deputado antes mesmo do julgamento de mérito das acusações. O retorno forçado ao Brasil pode ser solicitado não apenas para o cumprimento de pena, mas, também, para fins de instrução do processo. Os trâmites

dependeriam, no entanto, da cola-boração do governo dos EUA.

### Canais competentes

Tão logo soube que passara à condição de réu, em vídeo posta-do no Instagram pessoal, o filho 03 voltou a atacar Moraes afir-mando que o ministro teria, se-gundo ele, ignorado os canais competentes para citá-lo a fim de que pudesse se defender — como o envio de uma carta roga-tória ao Departamento de Justi-ça dos EUA, que a encaminharia ao deputado.

“Moraes vota para me tornar réu. Outros candidatos anti-esta-blishment, como o próprio Jair Bol-sonaro, e favoritos ao Senado sofre-rão a mesma perseguição. É o siste-ma se reinventando para sobrevi-ver. Tudo que sei é via imprensa, já que jamais fui citado. Por que Mo-raes não usa os canais oficiais com os EUA?”, cobrou.

Porém, o ministro citou-o por edital público e, ante a ausência de resposta, determinou que a De-fensoria Pública da União (DPU) atuasse em favor de Eduardo. O defensor público Antônio Ezequiel Inácio Barbosa foi designado para representar o deputado.

No pedido, o advogado afir-mou que a denúncia “confun-de manifestação política com coação processual”. Sustentou, ainda, que o crime de coação tem como requisito “violência ou grave ameaça” e que a PGR não descreve atos violentos de Eduardo, nem aponta como ele teria influência nas decisões do governo norte-americano. **(Com Agência Estado)**

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Kleber sales



# O sonho acabou: chilenos vão às urnas, hoje, sob o signo do medo

Como aconteceu com as últimas eleições na Bolívia, no Equador e na Argentina, o Chile vota hoje polarizado entre a esquerda e a ultradireita. Jeannette Jara (Partido Comunista do Chile), apoiada pelo presidente Gabriel Boric, e Jo-sé Antonio Kast (Partido Republicano, pinochetista) lide-ram a disputa.

Durante décadas, o país alternou presidências de esquerda e de direita moderada, tornando-se um “case” de crescimento alto, estabilidade macroeconômica, redução da pobreza e ins-tituições sólidas. Governos de centro-esquerda e centro-direita partilharam o mesmo “sonho chileno”: transformar o país em desenvolvido até 2020. Esse ciclo ruíu com o tsunami social de 2019, que expôs os limites do modelo: desigualdade social, ser-viços públicos precários, sistema de pensões privatizado e en-dividamento das famílias.

A resposta institucional foi ousada: um acordo para redi-gir uma nova Constituição, aprovado por 78% dos eleitores em 2020. Mas o processo terminou em frustração. Em 2022, o texto progressista da Convenção Constitucional foi rejei-tado por 62%. Em 2023, caiu também o projeto conservador elaborado por um conselho dominado pela direita. O país permaneceu, assim, com a Constituição herdada da ditadu-ra de Pinochet, reformada, porém incapaz de simbolizar um novo pacto social.

O eleitorado chileno está cansado de promessas de “refunda-ção”, desconfiado das elites e preso ao que especialistas classifi-cam como “crise de países de renda média”: expectativas mui-to altas, crescimento fraco e um sistema político fragmentado, incapaz de produzir reformas estruturais. Nada muito diferente do que ocorre no Brasil. Nesse vazio, um tema ocupou o centro da campanha: segurança pública.

A preocupação com criminalidade, assaltos, roubos e crime organizado cresceu, sobretudo entre os mais pobres. A presen-ça de gangues estrangeiras — com destaque para redes vincu-ladas à migração venezuelana — e casos de sequestro e homi-cídios violentos alimentaram a sensação de que “o país não é mais o mesmo”.

É esse Chile amedrontado que escuta José Antonio Kast, cuja campanha promete um “governo de emergência”, mi-litarização de fronteiras, barreiras físicas no Norte e de-portações em massa. Kast inspira-se explicitamente em Donald Trump, Nayib Bukele e Victor Orbán, combinan-do discurso de lei e ordem com conservadorismo moral. Ele é o candidato mais competitivo em cenários de segun-do turno. Por quê?

É que o governo Boric chega enfraquecido ao fim do manda-to. Sua agenda de reformas — tributária, previdenciária e traba-lhista — esbarrou no Congresso conservador e fortalecido após o fracasso constitucional. A deterioração da segurança e a per-cepção de avanço do crime organizado reduziram sua popula-ridade para cerca de 30%. O pleito de hoje funciona como um referendo informal sobre Boric.

### Duas agendas

Kast explora isso de forma incessante: “Jara é Boric e Boric é Jara”. Além disso, parte da antiga centro-esquerda da Concerta-ción nunca aceitou a hegemonia do novo eixo Frente Amplio-Partido Comunista, consolidado por Boric. A candidatura de uma militante comunista aprofundou essa divisão e expôs fis-suras entre moderados e a nova esquerda.

Pomo da discórdia, Jeanette Jara, 51 anos, advogada, ex-ministra do Trabalho e de origem popular, é a primeira pos-tulante comunista competitiva desde a redemocratização. Responsável pelo aumento histórico do salário mínimo pa-ra 500 mil pesos, pela reforma das pensões e pela jornada de 40 horas, construiu um discurso voltado aos trabalhadores de baixa e média renda.

Defende um “salário vital” de 750 mil pesos, controle de pre-ços de medicamentos, creche universal, mais investimento em saúde e uma Empresa Nacional do Lítio. Ao mesmo tempo, ado-tou um tom pragmático: compromisso com responsabilidade fiscal, distância de regimes autoritários de esquerda e priorida-de para a segurança, com foco em investigação financeira e po-liciamiento de proximidade.

Kast, de 59 anos, advogado, líder do Partido Republica-no, disputa sua terceira eleição presidencial. Rejeita aborto em qualquer circunstância, casamento igualitário, avanços de gênero e defende políticas migratórias e penais extrema-mente rígidas. Não esconde sua admiração pelo ditador Au-gusto Pinochet.

Na economia, propõe cortes de gastos, redução de im-postos e ampliação de parcerias público-privadas. Seu nú-cleo eleitoral é composto por homens, jovens de baixa renda, moradores de áreas periféricas e segmentos evangélicos, to-dos impactados pela sensação de desordem e perda de con-trole estatal.

As últimas pesquisas (AtlasIntel) mostram Jara à fren-te no primeiro turno, com 32,7%, seguida por Kast (20,1%), Evelyn Matthei (13,8%), Johannes Kaiser (13,4%) e Franco Pa-risi (13,2%). A projeção aponta um segundo turno entre Jara e Kast, no qual a candidata da esquerda perde em todos os cenários testados. No duelo direto, Kast venceria por 47% a 39%. A conferir.

# Ex-ministro é indiciado por importunação

A Polícia Federal (PF) indi-ciou o ex-ministro dos Direitos Humanos do governo Lula, Sil-vio Almeida, pelo crime de im-portunação sexual — que consi-ste em “praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidino-so com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro”, de acordo com o Código Penal. A pena prevê reclusão de um a cin-co anos, “se o ato não constitui crime mais grave”.

O indiciamento ocorre quan-do a PF avalia ter indícios de cri-me suficientes contra o investiga-do. O caso foi encaminhado ao Supremo Tribunal Federal e o re-lator do inquérito é o ministro An-dré Mendonça.

Ele deve pedir manifestação do Ministério Público Federal (MPF), que decide se transforma a ação numa denúncia formal, encami-nhada ao Poder Judiciário. O ma-gistrado havia prorrogado em fe-vereiro o prazo do inquérito.

O ex-ministro foi demitido do

governo federal em setembro de 2024, após denúncias de assédio sexual levadas à ONG Me Too. En-tre as supostas vítimas está a mi-nistra da Igualdade Racial, Anielle Franco, que prestou depoimento relatando sobre os assédios que teria sofrido de Silvio. Ele sempre negou as acusações “com absolu-ta veemência”, qualificando-as co-mo “mentiras e falsidades”.

Além da investigação da PF, ele enfrentou processos da Comissão de Ética da Presidência (CEP). Lo-go após a revelação das denún-cias por assédio sexual, o colegia-do iniciou uma investigação so-bre o caso.

### Novas denúncias

Em outubro de 2024, duas novas denúncias foram protocoladas na comissão tendo o ex-ministro co-mo alvo. Os processos são sigilo-sos, mas, de acordo com o gover-no, nenhuma das denúncias tem a ver com as denúncias da ONG por

Filipe Araújo/MINC



Silvio foi acusado, inclusive, pela ex-colega de governo Anielle Franco

assédio sexual. No mês seguinte, um dos pedidos de investigação foi arquivado.

Em fevereiro passado, o ex-mi-nistro anunciou que retomaria

suas atividades no mercado edito-rial e em seu canal do YouTube. “Se o morto levanta, acabou o velório”, disse. “Tentaram me matar, mas não deu certo”, continuou.